

PLENÁRIA NACIONAL VIRTUAL DA FENASPS

Data: sábado, 18 de março de 2023

Local: realizada em formato de videoconferência, com a plataforma Zoom

Presentes: 99 trabalhadores e trabalhadoras – 81 delegados(as) e 18 observadores(as) – representando 16 estados (sindicatos de CE, ES, GO/TO, MG, PA, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SP, e oposições sindicais de BA e DF)

Reunidos em Plenária Nacional, os delegados e delegadas presentes, após intenso debate e formalizando as posições retiradas nas assembleias realizadas em todo o Brasil, deliberaram por:

- 1) Aceitar a proposta do Governo nos estritos marcos do que foi apresentado pelo governo que correspondem a:
 - a) 9% de reajuste emergencial linear no conjunto da remuneração com impacto já a partir de 1º de maio de 2023 e;
 - b) R\$ 200,00 no auxílio-alimentação (correspondente a um percentual de aumento de 43,6%).
- 2) Fica indicada a instalação de Plenária de forma permanente até que seja concluído o processo de negociação com o Governo Federal sobre o reajuste emergencial;
- 3) A FENASPS, antes de qualquer anuência ou assinatura, deverá solicitar e ter acesso à minuta do Termo de Acordo de modo a verificar se a mesma obedece e segue estritamente o que foi enviado pelo Governo, convocando ainda para esta semana a reinstalação da Plenária para discussão do documento e aprovação final do acordo a ser assinado.

Na oportunidade, a Plenária reafirmou as pautas históricas dos servidores e servidoras da Seguridade Social, ratificando todas as ressalvas e observações levantadas e já deliberadas na Plenária ocorrida no último dia 11 de março ([confira aqui](#))

Do mesmo modo, ficou acordado em Plenária reforçar solicitação do pedido da reunião com o assessor jurídico da FENASPS, Dr Luís Fernando Silva, para tratar da pauta da Vigilância e Saúde, já que se trata de pauta específica, bem como que a FENASPS indique a realização de uma reunião do GT de Seguridade Social para que sejam deliberadas propostas específicas sobre os servidores e servidoras da Saúde e do Trabalho.

Fica também determinado que a FENASPS envie ofício para o Secretário de Relações de Trabalho, Sérgio Mendonça, e às ministras de Gestão e Inovação, Esther Dweck, e Saúde, Nísia Trindade, questionando quais categorias serão contempladas com eventual pagamento do Piso Salarial Nacional da Enfermagem. Será enviado também ofício para o Sindsprev/RJ, solicitando mais esclarecimentos acerca da pauta dos grevistas e as deliberações sobre tal processo pela entidade.

Abaixo, ressalvas e apontamentos retirados em assembleias nos sindicatos estaduais e enviados à Plenária Nacional da FENASPS:

Goiás/Tocantins (GO/TO):

- Quanto à proposta de recomposição salarial encaminhada pelo Governo (OFÍCIO SEI Nº 12917/2023/MGI de 14/03/2023), a assembleia indica o aceite dos 9% e recomposição do auxílio-alimentação, exigindo que governo reconheça formalmente as perdas históricas do último período e que sejam inclusas nas negociações do PLOA de 2024;
- Recomposição das chefias do INSS e Ministério da Saúde de modo a não permanecerem os gestores que apoiaram o modelo de destruição do Serviço Público do governo Bolsonaro e que cometeram assédio contra os servidores, de maneira direta, por meio de emissão de normas e por outros meios;
- Retomada do trabalho dos Comitês Permanentes no INSS e cumprimento do acordo de greve;
- Referendou-se na íntegra as deliberações da Plenária da FENASPS realizada em 11/03/2023, destacando-se as seguintes reivindicações:
 - a) Que se estabeleçam as mesas setoriais de negociação de imediato;
 - b) Que o governo institua uma data-base para o conjunto dos servidores federais;
 - c) Equiparação dos auxílios (creche, alimentação, etc.) com o do Poder Judiciário;
 - d) Exigir a revogação de legislações (decretos, portarias, normas etc.) que atacaram os direitos dos(as) servidores(as) no último governo;
 - e) Anistia da reposição dos dias parados na greve de 2022.

Santa Catarina (SC):

- Servidores da base da FENASPS/SINDPREVS-SC reunidos em assembleia no dia de ontem (17/03) decidiram por acatar a proposta do governo, aprovando todos os apontamentos e ressalvas já trazidos pela Plenária da FENASPS. Apontam também que a FENASPS deve deliberar junto ao FONASEFE, dada a possibilidade de que a reposição não aconteça em maio conforme proposto, visto o processo legislativo de PLN e PL no Congresso, que no acordo conste a retroatividade das parcelas caso o pagamento se dê em meses posteriores ao acordado. Caso haja impossibilidade jurídica ou legal para o pagamento retroativo, levando em conta a data da assinatura do acordo, que se exija e deixe consignado no acordo a alteração do índice de reajuste, para cada mês subsequente a maio, uma vez que o recurso disponível continua sendo o mesmo e que o índice de 9% refere-se tão somente a maio, qualquer mês posterior deve sofrer acréscimo no percentual.

Rondônia (RO):

- Foi realizada assembleia na quinta-feira e aprovado de aceitação dos 9% e que o Governo cumpra o acordo de Greve 2022;

Rio de Janeiro (RJ):

- Aceitação da proposta do governo 9% de reajuste salarial linear a partir de 1º maio/2023 mais os R\$ 200,00 de aumento no valor do auxílio-alimentação;

Ceará (CE):

- Ceará aceitou a proposta do governo, sem esquecer a luta com as perdas salariais. Buscar regularizar a data-base e lutar para que os R\$ 200 (duzentos reais) concedidos aos ativos no vale-alimentação seja também concedidos aos aposentados;

Piauí (PI):

- O sindicato do Estado do Piauí fez uma assembleia na última quinta-feira (16/03) na qual foi decidido pela aceitação de acordo com o governo, sobre a proposta de 9%, e com a continuidade da luta para o pleito de 2024.

Espírito Santo (ES):

- Em assembleia geral, realizada nessa quinta-feira, 16, a base do Sindprev-ES:
 - a) aprovou a proposta do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) de reajuste salarial linear de 9% em cima da remuneração total (vencimento base, gratificações entre outros), a partir de maio de 2023. Também foi aprovada a proposta de reajuste de 43,6% (R\$ 200) no auxílio-alimentação, a partir do mesmo mês.
 - b) A assembleia do sindicato também aprovou que se busque, na negociação com o MGI, o reconhecimento das perdas inflacionárias dos últimos 4 anos (26,9%). Com a aprovação do percentual de 9% de recomposição salarial, que o restante das perdas (17,8%) seja reconhecido pelo Governo Federal. Também foi aprovado, pela assembleia geral, que sejam reconhecidas as pautas específicas das carreiras do INSS, Ministério da Saúde, Anvisa e Ministério do Trabalho.
 - c) Na assembleia geral, também foi aprovado que o sindicato fique em assembleia permanente, para Plenária da Fenasps. Os encaminhamentos da assembleia geral do Sindprev-ES serão levados à Plenária Nacional da Fenasps.

Paraná (PR):

- Assembleia Estadual do Paraná aprovou resoluções da Plenária da Fenasps:
 - a) Manter a Luta pela reposição das perdas inflacionárias do período em 27%;
 - b) Ter acordo com a proposta do acordo de reajuste emergencial em 9%, mas reivindicar que governo reconheça as perdas históricas do último período, para serem incluídas nas negociações do PLOA de 2024;
 - c) Lutar pela isonomia dos valores dos vale-alimentação, Auxílio Pré-Escolar e Planos de Saúde;
 - d) Cobrar do Governo a Instalação das mesas setoriais;
 - e) "Revogação" de todas as portarias, decretos e instruções Normativas que serviram de base para perseguição e impedimento de atividades sindicais;
 - f) Cumprimento dos acordos de greve;
 - g) Anistia de todos os servidores punidos em razão de atividades sindicais;
 - h) Requerer anistia da greve de 2022, Considerando que os(as) servidores(as) já repuseram o serviço acumulado na paralisação;
 - i) Pressionar a Ministra da Administração para realizar audiência com Gestão Ministério da Previdência e DATAPREV para discutir caos nos sistemas do INSS;
 - j) Mobilizar a categoria para fazer pressão sobre parlamentares para arquivar definitivamente a PEC 32 e aprovar projetos para reajuste salarial dos servidores públicos.

Rio Grande do Sul (RS):

- A respeito a proposta de reajuste apresentada pelo governo, considerando que não houve efetivo processo negocial e resposta ao conjunto das reivindicações apresentadas pelos SPF, propor na plenária da FENASPS que:
 - a) Na resposta a ser encaminhada pela federação, sem rejeitar o índice de reajuste emergencial, reafirme a necessidade de reconhecimento das perdas históricas e abertura

de negociação efetiva sobre política salarial e abertura imediata das mesas setoriais de negociação;

- b) Em caso de apresentação do termo de acordo pelo governo, seja realizada nova rodada de assembleias e plenária Nacional para que a categoria possa apreciar o documento a ser assinado;
- c) Que seja suspensa emergencialmente a contribuição do Plano de Seguridade Social (PSS) dos aposentados.

São Paulo (SP):

- Aceita a proposta do governo, com os seguintes desdobramentos:
 - a) Encaminhar ao Fonasefe que o índice de 9% não é suficiente para cobrir as perdas salariais da ordem dos 27%, e que continue a MNPN para discutir a recomposição salarial e o orçamento de 2024;
 - b) Construir mobilização para aceleração do PL, com atos e acompanhamento do sindicato;
 - c) Encaminhar resolução política à Fenasps e Fonasefe;
 - d) Cobrar abertura imediata das mesas específicas para que cada categoria possa discutir suas pendências e especificidades.

Minas Gerais (MG):

- Militantes presentes na ASSEMBLEIA ESTADUAL DE MG, EM 17.03.22, APROVARAM RESOLUÇÕES À PLENARIA DA FENASPS:
 - a) Manter a Luta pelas perdas inflacionárias do período em 27%;
 - b) Ter acordo com a proposta do acordo de reajuste emergencial em 9%, mas reivindicar que governo reconheça formalmente as perdas históricas do último período, que serão incluídas nas negociações do PLOA de 2024;
 - c) Lutar pela isonomia dos valores dos Vale-Alimentação, Auxílio Pré-Escolar e Planos de Saúde;
 - d) Cobrar do Governo a instalação das mesas setoriais;
 - e) Revogação de todas as portarias, decretos e instruções Normativas que serviram de base para perseguição e impedimento de atividades sindicais;
 - f) Cumprimento dos acordos de greve;
 - g) Anistia de todos os servidores punidos em razão de atividades sindicais;
 - h) Requerer anistia da greve de 2022, considerando que os(as) servidores(as) já repuseram o serviço acumulado na paralisação;
 - i) Pressionar a Ministra da Administração para realizar audiência com Gestão e DATAPREV para discutir caos nos sistemas do INSS;
 - j) Mobilizar a categoria para fazer pressão sobre parlamentares para rejeitar definitivamente a PEC 32 e aprovar projetos para reajuste salarial dos servidores públicos;
 - k) Fazer mobilização junto da bancada parlamentar para conscientizar os parlamentares, principalmente nos estados deles;
 - l) Negociar com governo para que a votação seja por voto das lideranças de partidos;
 - m) Realizar um dia nacional de luta com paralisação;

Bahia (BA):

- Informes da assembleia de Oposição/BA:
Na última plenária de oposição avaliamos que os 9% não recompõem as nossas perdas salariais de 26,94%, reivindicada como reajuste emergencial. As perdas já são muito mais de

30%, mas alcançar índice maior exige de nós uma grande mobilização e greve do conjunto dos Federais para remanejar verbas do Orçamento. Daí a decisão de aceitar os 9% e o percentual de reajuste do vale-alimentação. E continuar as lutas pelos demais benefícios sociais. Mas foi deliberado que a categoria fique em estado de mobilização para a luta pelo Orçamento de 2024, cuja discussão já começa em agosto/2023. Na próxima reunião com o governo, deve ser exigido o compromisso de recompor as perdas, responder às questões dos demais benefícios sociais, instalação das mesas específicas e resposta as demais questões das reivindicações referentes às questões não-econômicas. Se houver questões diferentes no Acordo voltar a discutir.

Rio Grande do Norte (RN):

- RN favorável ao reajuste de 9% e continuar a luta histórica da FENASPS.

Pará (PA):

- O SINTPREVS/PA, tirou os seguintes encaminhamentos:
 - a) Aceitar os 9% de reposição salarial emergencial;
 - b) Aceitar os R\$ 200,00 de ajuste no vale alimentação;
 - c) Manter a luta por Isonomia do auxílio-alimentação, auxílio-saúde e auxílio-creche;
 - d) Lutar pelo cumprimento do acordo de greve;
 - e) Apoiar a luta pela anistia da reposição dos dias parados na greve, por falta de condições;
 - f) Exigir do INSS o restabelecimento e melhoria dos sistemas, já que não oferecem condições de atendimento, pela instabilidade;
 - g) "Revogação" de normativas que prejudiquem o processo de trabalho tendo em vista as metas inalcançáveis;
 - h) Fortalecer a campanha salarial de 2024;
 - i) Lutar para acabar com a Reforma Administrativa, que continua sendo uma ameaça para os servidores públicos;
 - j) Lutar pela revisão da *per capita* da GEAP, para que o governo assuma a sua parte.

Brasília, 18 de março de 2023

FENASPS